

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO: AS INFLUÊNCIAS DAS CORRENTES FILOSÓFICAS NOS ESTUDOS REGIONAIS

Sérgio Augusto PEREIRA¹

Vanessa Maria LUDKA²

RESUMO

Os conceitos de região e regionalização fundamentam numerosas discussões, sendo necessária uma seleção e um posicionamento objetivando o situar de cada pesquisa. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender os conceitos geográficos de região e de regionalização, além de fazer uma abordagem teórico-metodológica das influências das correntes filosóficas do Neokantismo, do Positivismo Lógico, da Fenomenologia e da Marxista nos estudos regionais. Metodologicamente esta pesquisa foi realizada por meio de estudos bibliográficos baseados em autores como Sandra Lencione (2009) e Rogério Haesbaert (2010). O conceito de região não é um conceito concreto e sua interpretação depende de cada pesquisador que o estuda. A regionalização, por sua vez, é a ação de construir regiões. O conceito de região evoluiu epistemologicamente com base nessas perspectivas filosóficas. Esta pesquisa é norteadora para a construção de um aporte teórico da ciência geográfica que podem ser consultados por pesquisadores, professores e alunos, além de toda sociedade, sendo de fundamental importância para a construção do pensamento geográfico.

Palavras chave: Região. Regionalização. Correntes filosóficas.

¹ Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade São Brás. Licenciado em Letras Português – Inglês pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Graduando em Geografia pela UENP.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente no Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Cornélio Procopio.

REGION AND REGIONALIZATION: THE PHILOSOPHICAL CURRENTS INFLUENCES IN REGIONAL STUDIES

ABSTRACT

The concepts of region and regionalization ground several discussions, being necessary a selection and a positioning aiming at situating each research. This way, this research has as aim to understand the geographical concept of region and regionalization, beyond doing a theoretical-methodological approach of philosophical currents influences of Neokantism, Logical Positivism, Phenomenology and Marxist in regional studies. Methodologically, this reserach was done through bibliographical studies based on authors as Sandra Lencione (2009) e Rogério Haesbaert (2010). The concept of region is not a concrete concept and its interpretation depends on each researcher who studies it. Regionalization, in its turn, is the action of building regions. The concept of region evolved epistemologically based on these philosophical perspectives. This research, as many others, is guiding to the construction of a theoretical contribution of Geographic Science that can be searched by researchers, teachers and students, beyond all the society, being of fundamental importance the construction of Geographical thinking.

Keywords: Region. Regionalization. Philosophical Currents.

1 INTRODUÇÃO

Entender conceitualmente um termo é de suma importância para que se possa estudá-lo. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender o conceito geográfico de região e também o que é regionalização, além de fazer uma abordagem teórico-metodológica das influências das correntes filosóficas do neokantismo, do positivismo lógico, da fenomenologia e do marxismo nos estudos regionais.

Metodologicamente, esta pesquisa foi feita por meio de estudos bibliográficos, pautados em autores como Sandra Lencione (2009) e Rogério Haesbaert (2010), tendo como essência, uma abordagem do conceito de região e também uma discussão epistemológica dos estudos regionais, sendo assim, uma pesquisa especificamente teórica.

Este estudo foi dividido em dois momentos. No primeiro momento foi realizada uma abordagem teórico-metodológica do conceito de região, e também uma discussão do que é regionalização. No segundo momento, foi feito um estudo epistemológico das influências das correntes filosóficas nos estudos regionais, assim, apresentando a transformação e a evolução em relação a esses estudos.

Com base nesse estudo, percebe-se que o conceito de região não é um conceito concreto e sua interpretação depende de cada pesquisador que o estuda. A regionalização, por sua vez, é a ação de construir regiões e o seu principal objetivo seria o planejamento por parte dos órgãos públicos e privados. Muitas foram às influências das correntes filosóficas nos estudos regionais, sendo que elas têm um papel fundamental na construção epistemológica do conceito de região.

Portanto, esta pesquisa é norteadora para a construção de um aporte teórico da ciência geográfica que pode ser consultado por pesquisadores, professores, alunos, etc., sendo de fundamental importância para a construção do pensamento geográfico.

2 DA REGIÃO À REGIONALIZAÇÃO

A ciência geográfica e seu aporte teórico, constituída pelas suas categorias e seus conceitos, em determinados períodos e circunstâncias, apresenta sinais de rupturas e bifurcações, obrigando a uma revisão conceitual para entender a história presente. Um dos conceitos mais

clássicos da Geografia é o de região, que durante muitas décadas foi, para um grande número de geógrafos, o conceito principal. Esse conceito foi submetido a numerosas críticas nas décadas de 1970 e 1980, no sentido de que os pressupostos teórico-metodológicos em que estava pautado não eram suficientes para explicar as indagações que os geógrafos tinham em relação à região, e dessa forma, precisava-se avançar em seus estudos para que surgissem novas concepções e perspectivas em relação aos estudos regionais. Assim, nesta parte apresentam-se quais são as definições de região e regionalização respectivamente. Esta Pesquisa não busca fazer uma análise epistemológica desses conceitos, mas sim, apresentar de forma sintética e objetiva as suas definições.

Primeiramente, discute-se o conceito de região, pois ele é um dos conceitos-chave para o estudo da ciência geográfica, sendo a região “um dos conceitos mais tradicionais da Geografia, e que durante muitas décadas foi, para um grande número de geógrafos, o seu verdadeiro “carro-chefe”” (SOUZA, 2013, p. 135).

Os geógrafos passam, então, a adjetivar a noção de região como uma tentativa de “diferenciá-la de seu uso pelo senso comum”. Nos últimos dois séculos, surgiram os conceitos de região natural, região geográfica, região homogênea, etc. As discussões que passam a ser travadas sobre eles acabaram provocando debates, no qual o tema predominante passou a ser a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico (CUNHA, 2000).

É de extrema relevância entender o conceito de região dentro da Geografia, sendo denominado na geografia tradicional como uma ciência corológica, “[...] sendo conveniente usar o termo “corologia”, isto é, “ciência das regiões”” (HAESBAERT, 2010, p. 27). Assim, esse conceito está intrinsecamente ligado à diferenciação de áreas, a particularidades de um determinado recorte espacial, como expressa a origem etimológica do termo.

É importante reconhecer que a própria origem etimológica do termo região já traz a alusão a “recorte” ou delimitação. Segundo o Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine, “regio” designa as linhas retas traçadas no céu pelos águeros [adivinhos romanos] para aí delimitarem as partes; daí o sentido de “limites, fronteiras” e, em consequência, “porção delimitada, bairro, região”. Por outro lado, ao mesmo tempo se refere a limite, área delimitada; devemos lembrar que a raiz “reg” indicava também movimento (em linha reta) (HAESBAERT, 2010, p. 24).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, simplificadamente e de forma didática, a região é um recorte espacial de um determinado espaço geográfico em que, existam características homogêneas internas e características heterogêneas externas de outros recortes do espaço geográfico, formando assim regiões que se diferenciam entre si. Assim, “a aceitação do conceito está na ideia de que a “superfície da terra é constituída por áreas diferentes entre si”” (CORRÊA, 2003, p. 22).

No artigo, publicado no livro *Geografia: Conceitos e Temas*, Gomes (1995), chega a três grandes conclusões: o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; o debate sobre o conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc; e, por último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência. A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados.

Dessa forma, é importante entender que a região é uma ferramenta, para Geografia e a sociedade, de organização e ordenamento do espaço geográfico, através das especificidades dos critérios e fenômenos agrupados, e inter-relacionados de uma área, sendo que, [...] “a geografia define a região como uma forma de organização do espaço pelo homem” (GEISER, 1969 p. 6).

As regiões são produções humanas que precisam de um esforço intelectual e mental do pesquisador/investigador, para que ele, a partir de critérios comuns, produza dentro do espaço geográfico, regiões. Souza (2013, p. 137) destaca que “para Hartshorne, as áreas que diferenciamos são, em última instância, construções mentais/intelectuais [...]”. Já Haesbaert (2010, p. 32) expõe que “[...] Hartshorne a percebia mais como um construto intelectual e que, como tal, poderia variar (inclusive em suas delimitações) de acordo com os objetivos do pesquisador”. Mas, para que o pesquisador possa construir as regiões de acordo com o critério escolhido, é de substancial relevância que o mesmo se atente a escala espacial da região construída, pois ela não pode ter uma dimensão espacial muito pequena, nem de uma dimensão espacial extensa, perdendo o seu caráter de organização espacial, pois, “de uma maneira geral a região apresenta-se como um espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto que um espaço social de um grupo” (FRÉMONT, 1980, p. 167).

Entender a região como parte de uma totalidade é interpretá-la como sendo um elo entre o particular e o geral, o específico e o universal, compreendendo que essas regiões construídas a partir da análise do espaço e posteriormente ao seu recorte, somadas as tantas outras regiões, formam um todo, ou seja, o espaço geográfico.

A ideia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e o local. Pensando nesse movimento mediador, procuramos demonstrar que a ideia de região, como parte de uma totalidade, tanto o quanto o conhecimento geográfico, estão presentes em todas as sociedades [...] (LENCIONE, 2009, p. 198).

Ao se discutir o conceito geográfico de região, também é muito importante que deva se discutir o que é a regionalização e qual a importância dela, sendo que uma está vinculada a outra, sendo assim, indissociáveis. “Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais” (HAESBAERT, 2010, p. 24).

Em consonância a tudo o que foi exposto, a regionalização é o ato de regionalizar, ou seja, ação de construir regiões. Geiger (1969, p. 5) comenta que “abordar o assunto da regionalização vale portanto em tocar no assunto região. Aparentemente, o tema é simples: regiões são porções diferenciadas da superfície terrestre e a regionalização é a forma atual de formação das regiões [...]”.

São muitos os motivos para se regionalizar um determinado espaço geográfico. Primeiramente, é para se ter organização espacial. Arelado à organização, a regionalização auxilia os poderes públicos e privados no planejamento e na ação de políticas públicas, assim levando desenvolvimento aos locais que ainda não o tem, desta forma “[...] a regionalização atual é tomada como um indício de desenvolvimento” (GEIGER, 1969, p. 15). O planejamento através da regionalização visa diminuir as desigualdades existentes entre as regiões, fazendo com que esse espaço geográfico regionalizado tenha um desenvolvimento equilibrado.

Ao se encarar a situação interna de um país verifica-se que existe relação entre a forma de organização do seu espaço territorial e o grau de desenvolvimento nacional. Vivemos numa época na qual o processo de desenvolvimento e ocupação da terra pelo homem encontra-se cada vez mais ligado a políticas do governo. Estas políticas [...] resulta que o desenvolvimento da regionalização, ou a superação de problemas consequentes a desníveis regionais, passam a ser objeto de processo de planeamento (GEIGER, 1969, p. 5).

Para se regionalizar um determinado espaço geográfico deve-se levar em conta critérios, para que se consiga diferenciar as regiões umas das outras. Esses critérios podem ser sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais, entre outros. A regionalização, nessa perspectiva, torna-se sinônimo de planeamento.

O planeamento dedica importância cada vez maior aos aspectos espaciais da economia e reconhece na atual regionalização uma expressão do processo de desenvolvimento. O subdesenvolvimento passou a ser identificado entre outras coisas pela ausência de determinadas estruturas regionais (GEIGER, 1969, p. 15).

Deve-se levar em consideração, o poder que a região tem e que impõe sobre os indivíduos que ali residem. “[...] Toda regionalização deve sempre ser considerada, também, um ato de poder – o poder de recortar, de classificar e, muitas vezes, também de nomear” (HAESBAERT, 2010, p. 23). Para Lencione (2009, p. 198), “[...] a palavra região assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política [...]”.

A região tem uma intrínseca ligação com os seus habitantes. Com o passar do tempo e vivência dos indivíduos dentro do recorte espacial da região, cria-se um sentimento de pertencimento, um forte laço afetivo por esses indivíduos com o local, criando assim, uma identidade regional com a região a qual estão. “[...] A palavra “região” tem, ainda um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas pertencerem a um determinado lugar” (LENCIONE, 2009 p. 198). A região, assim como o conhecimento geográfico, está presente em todas as sociedades. Isso porque, segundo a autora, viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir da mais simples experiência. Significa perceber o espaço circundante como ordem próxima e produzir interpretações sobre o mundo como ordem distante.

Diante do exposto referente à região e à regionalização, percebe-se que ambas são ferramentas fundamentais, tanto de caráter social e político, de organização e gestão do espaço.

Assim, através desse importante instrumento construído a partir dos estudos geográficos, a Sociedade, o Poder Público e o Poder Privado, podem construir um espaço geográfico mais igualitário e humano.

3 AS INFLUÊNCIAS DAS CORRENTES FILOSÓFICAS NOS ESTUDOS REGIONAIS

As influências das correntes filosóficas nos estudos regionais foram muito marcantes, e, dessa forma, influenciou diretamente nos estudos epistemológicos para a formação do conceito de região, e assim, fazendo-o assumir diferentes características de acordo com os contextos teóricos e metodológicos de cada corrente epistemológica. “O que marca a trajetória do conceito de região, a começar pela amplitude que adquire o senso comum, é uma grande polissemia” (HAESBAERT, 2010, p. 20).

Portanto, esta parte busca fazer um resgate teórico-metodológico, e também epistemológico da construção do conceito de região, tendo como perspectiva, entender quais foram as influências das correntes filosóficas do neokantismo, do positivismo lógico, da fenomenologia e do marxismo nos estudos regionais.

3.1 NEOKANTISMO

Uma das primeiras correntes filosóficas que influenciou na construção do pensamento e conhecimento geográfico e dos estudos regionais foi a corrente filosófica do neokantismo. Ela pautava-se nos pensamentos filosóficos de Kant, se tornando a filosofia dominante na Alemanha no final do século XIX e início do século XX, e sendo uma das bases teóricas para a construção da Geografia tradicional.

O desenvolvimento de uma corrente filosófica que buscou elaborar um retorno a Kant foi denominada de neokantismo, que viria a se tornar a forma de filosofia dominante na Alemanha durante o período de 1880 a 1930. O neokantismo significou a afirmação da filosofia como reflexão crítica dos valores universais, posição em confronto aberto com o positivismo do século XIX, que havia menosprezado a filosofia, considerando-a um saber inútil (LENCIONE, 2009, p. 121).

Nesse contexto, os estudos geográficos passam a ser percebidos sob duas perspectivas: uma ciência voltada aos estudos gerais, e outra voltada para estudos particulares. Assim, Lencione (2009, p. 122) discorre que “Windelband distinguiu as ciências da natureza – que buscam estabelecer leis gerais, que foram denominadas ciências nomotéticas – das ciências da cultura, denominadas idiográficas, voltadas para a pesquisa de fatos particulares”. Esses apontamentos de Windelband se tornaram uma problemática central dos estudos geográficos.

A base teórica neokantista aplicada aos estudos regionais foi introduzida por Hettner, e mais tarde foi propagada por Hartshorne. Dentro dos pressupostos do neokantismo, a essência da Geografia estaria nos estudos regionais, com um caráter de diferenciar a superfície terrestre, em que o pesquisador interpretaria e descreveria os fenômenos, sendo uma concepção subjetiva dos fenômenos do estudo, assim, diferenciando as regiões. “Nos Estados Unidos, Richard Hartshorne, bebendo sobretudo em fontes alemãs, especialmente na obra de Alfred Hettner, buscou fundamentar a Geografia como estudo da diferenciação de áreas” (SOUZA, 2013, p. 137).

Hettner considerava que por ser a diferenciação da superfície terrestre o que mais caracterizava os estudos geográficos, nas mais diversas concepções de Geografia, considerou ser o estudo dessa diferenciação o ponto central da Geografia [...]. Portanto, para Hettner, o objeto da Geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mas da diferenciação da superfície terrestre (LENCIONE, 2009, p. 122-123).

Hartshorne, conduzindo e pautando seus estudos em Hettner, também coloca que os estudos geográficos estavam pautados na diferenciação das áreas. “Como reconhece Hettner, inspirado nele, o “primeiro” Hartshorne, muitos geógrafos [...], consideram a Geografia o estudo da diferenciação de áreas do mundo, uma “ciência corológica”. Ambos, de uma maneira ou de outra, bebem na fonte kantiana [...]” (HAESBAERT, 2010, p. 26).

Corrêa (2003) disserta que a Geografia Tradicional teve forte influência do Determinismo de Ratzel e do Possibilismo de La Blache em relação aos estudos regionais. O primeiro levava em conta os aspectos físicos na interpretação e na construção da região, e no segundo, os aspectos humanos começam a ser incorporados nesses estudos, ou seja, passando de um estudo dos aspectos naturais para um estudo levando em consideração os aspectos sociais.

Sendo a região, uma concepção subjetiva dos fenômenos em que a interpretação e a descrição são feitas pelo pesquisador, “os recortes são produtos de uma construção mental”

(LENCIONE, 2009, p. 123). Portanto, a região para Hettner e Hartshorne seria uma produção humana. Lencione (2009) ainda destaca que Hartshorne pautado nos pensamentos de Hettner, refere-se aos recortes que são feitos na realidade, são na verdade produto de um exercício intelectual. Sendo assim, considera que as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, ou seja, uma produção humana, e essas divisões estão pautadas de acordo com os objetivos determinados pelo pesquisador (LENCIONE, 2009).

Nesse contexto, não se tem a preocupação de investigar a gênese e nem o desenvolvimento do fenômeno em questão, mas sim, os fenômenos em si mesmos, na contemporaneidade do estudo. Lencione (2009) disserta que Hartshorne, seguindo as trilhas de Kant e Hettner, afirmava que não cabia a Geografia investigar a gênese e nem o desenvolvimento dos fenômenos. Cabia ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre.

A autora disserta ainda que Hartshorne, em seus estudos, não apresenta o termo região propriamente dito, mas se refere a ele como área e também como áreas-unidades, sendo que ali está a gênese dos pressupostos teórico-metodológicos que construíram o conceito de região. “Quando Hartshorne se refere à área está se referindo, numa outra linguagem, à região. [...] Hartshorne frequentemente utiliza o termo área-unidades” (LENCIONE, 2009, p. 127).

Portanto, compreende-se como região nos estudos regionais pautados na filosofia neokantista, a diferenciação de áreas. “A região, como individualidade espacial, se constituiria, portanto, parte da totalidade; ou seja, uma parte da superfície terrestre” (LENCIONE, 2009, p. 123).

Dessa forma, a região se constituiria a partir de um recorte espacial, em que o mesmo, por meio de um estudo feito por meio da observação e descrição pelo pesquisador, seria diferenciado das outras áreas ao seu entorno, utilizando critérios que seriam observados a olho nu, e desta forma, criar-se-ia a região.

3.2 POSITIVISMO LÓGICO

O positivismo lógico foi introduzido aos estudos regionais pelo alemão Schaefer, sendo que ele fez duras críticas aos estudos de Hartshorne pautados no particularismo e propôs que a geografia deveria voltar seus estudos para a formulação de leis gerais. Dessa forma, a corrente

positivista está pautada na formulação de leis gerais, rompendo assim, com o particularismo do neokantismo. Lencione (2009) disserta que Schaefer opinava que a Geografia deveria romper com os estudos voltados ao particular e formular leis gerais sobre as distribuições de características da terra.

A preocupação com a formulação de leis gerais nos estudos geográficos, rompendo com os paradigmas desse período quando a geografia pautava-se nos estudos particulares em relação ao espaço geográfico, fez com que a Geografia desenvolvesse uma nova corrente do pensamento geográfico, alcunhada de Nova Geografia, ou também conhecida como Geografia Teorética (LENCIONE, 2009).

Para se definir regiões, passou-se a adotar meios técnicos matemáticos. Assim, por meio de leis gerais, duas regiões teriam que, em tese, quando submetidas aos mesmos propósitos e as mesmas técnicas, deveriam apresentar os mesmos resultados, independentemente se foi construída por dois pesquisadores diferentes. Dessa forma, a divisão regional, eliminaria toda a subjetividade do pesquisador, ou seja, seria concebida uma objetividade máxima na sua pesquisa (CORRÊA, 2003). Assim, Lencione (2009, p. 132) discorre que “o positivismo lógico considera que o conhecimento fundado na intuição deve ser vigiado pela razão”.

Esses estudos criaram modelos teóricos e metodologias novas por meio da linguagem matemática, sendo as técnicas estatísticas de análise, uma ferramenta para se entender a organização do espaço. Assim, a tradicional descrição e diferenciação das áreas fundamentadas no neokantismo, são substituídas pela classificação das áreas, e desta forma, classificar e regionalizar são ideias que vão ao encontro uma da outra. “Trata-se da passagem do paradigma corológico clássico, também dito da “diferenciação de áreas”, para o paradigma espacial ou da classificação de áreas” (HAESBAERT, 2010, p. 43).

Portanto, assim como afirma Lencione (2009), a tradicional descrição e diferenciação de áreas, passou a ser relacionada à classificação, sendo compreendida como agrupamentos de objetos em classes, de acordo com as semelhanças. Logo, desenvolveu-se a relação entre classe e região. Assim, classificar e regionalizar, se tornam praticamente sinônimos (LENCIONE, 2009).

Dessa forma, percebe-se que havia uma forte ligação entre os estudos regionais e o planejamento regional. E esses estudos regionais se afluíram no Brasil a partir da década de 1970, quando a Geografia utiliza-se desses pressupostos nos seus estudos. Corrêa (2003) afirma que, no Brasil, a Nova Geografia se desenvolveu nos Departamentos de Geografia de Rio Claro e

nos estudos estatísticos do IBGE, e assim, surgindo as divisões regionais pautadas nesse modelo teórico positivista.

Essa corrente filosófica trouxe um avanço teórico-metodológico muito grande para os estudos geográficos, sendo utilizada até hoje por muitos teóricos, pesquisadores e órgãos públicos e privados, voltados aos estudos regionais. Portanto, é de suma importância ressaltar, que, todas essas correntes foram e ainda são importantes para a construção do conhecimento geográfico, pois elas são o cerne, a base de todo o conhecimento construído e produzido na contemporaneidade, e ainda, fazem sentido nos dias de hoje.

Contudo, Corrêa (2003) e Lencione (2009) corroboram com a ideia de que o uso matemático para a construção de regiões, enumeração e classificação das áreas, e também para os estudos geográficos, acaba por mascarar ou/e esconder contextos e situações socioeconômicas, ambientais, etc., que precisam ser detectados e observados no espaço geográfico. Com isso, outras frentes de linhas teóricas ganham força e começam a ser incorporadas aos estudos regionais como a fenomenologia e o marxismo.

3.3 FENOMENOLOGIA

Em meio ao contexto histórico que o mundo estava passando a partir da década de 1960, a Geografia buscava novos pressupostos para a construção da ciência geográfica. Dessa forma, a Geografia traçou novos caminhos, possibilitando a construção de novas correntes do pensamento geográfico. Assim, buscou novas fontes teóricas, principalmente relacionadas aos estudos regionais, destacando a influência da fenomenologia e do marxismo.

Sendo assim, Lencione (2009, p. 149) discorre sobre a fenomenologia enquanto corrente filosófica.

A fenomenologia foi concebida por Edmund Husserl (1859-1918) e se constitui uma corrente filosófica que considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência. A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos devem ser abolidas. Afirma que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica.

Ainda segundo Lencione (2009), a fenomenologia tem recebido várias interpretações, dando margem ao subjetivismo, porém, da maneira que foi concebida por Husserl, não há margem para essa leitura. Assim, ele propõe que por meio do mundo vivido, percebido como uma experiência sensível cria-se a possibilidade de pensá-lo racionalmente.

Quando os estudos geográficos tem na fenomenologia a base de seus pressupostos para a construção de uma nova corrente geográfica, a Geografia passa a ser chamada de Geografia da Percepção e do Comportamento e, posteriormente, como Geografia Humanista. “Na Geografia, a influência da fenomenologia se fez presente, em 1964, no trabalho de Julian Wolpert que, ao discutir a migração, incorporou [...], a dimensão subjetiva dos indivíduos estudados para compreender os motivos que os fizeram migrar” (LENCIONE, 2009, p. 151).

Ainda segundo Lencione (2009), a Geografia Humanista procurou elaborar como pressupostos teórico-metodológicos, um caráter globalizador e subjetivo da realidade, em que a intuição passou a ser um importante elemento do processo de construção do conhecimento. Essa Geografia se atentou em demonstrar que para se entender como o homem se comporta, se relaciona com o espaço e o produz, faz-se necessário conhecer as suas mentes.

Nesse sentido, a Geografia recupera nos estudos regionais a importância da gênese do fenômeno e da sua construção histórica. “Recuperou-se a vertente historicista da Geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura” (LENCIONE, 2009, p. 154).

Sendo assim, a região é construída a partir da vivência, do espaço percebido, ou seja, do espaço vivido. “[...] Podemos dizer que, em Frémont, a região estaria vinculada a sentimentos “topofílicos”, [...] que a uma região, na qualidade de espaço vivido, se associaria a uma “regionofilia”” (SOUZA, 2013, p. 142).

Armand Frémont, em sua obra *La région, espace vécu*, de 1976 – um clássico canadense da proposta de um estudo geográfico da região sob a perspectiva humanista -, considera a região como um espaço vivido. Ele define a Geografia como a ciência que estuda as combinações de fenômenos num quadro espacial e distingue o espaço como objetivo, espaço da vida, espaço social e espaço vivido. O primeiro, relacionado à realidade objetiva. O segundo, espaço da vida, relativo aos lugares frequentados do qual o indivíduo faz parte. O terceiro, espaço social, referente à relação estabelecida entre os lugares frequentados pelas pessoas do grupo social. O quarto, espaço vivido, o mais completo, incorpora, além das dimensões dos outros espaços, dimensão afetiva (LENCIONE, 2009, p. 155).

Dessa forma, em relação aos espaços vividos e aos espaços sociais, não se pode basear em apenas um único modelo de região. Assim, pode-se extrair desses estudos uma abordagem dos estudos regionais pautadas em três modelos principais propostos por Frémont: as regiões fluídas, as regiões enraizadas e as regiões funcionais (FRÉMONT, 1980).

O primeiro modelo de região propõe que a região exista de fato, mas com certa fluidez. Portanto a região não possui uma delimitação espacial bem delimitada, pois a fluidez dessa região está diretamente ligada às relações que unem os homens e os lugares (FRÉMONT, 1980). “Fluidez, quer dizer o carácter daquilo que, como um líquido, é facilmente deformável, móvel e cambiante, e deste modo bastante difícil de captar” (FRÉMONT, 1980, p. 170).

O segundo modelo diz respeito de quando os homens tem uma forte ligação com os lugares, quando esse vínculo já esteja enraizado, numa troca mútua, em que os homens pertencem aos lugares e os lugares pertencem aos homens. Esse modelo implica essencialmente no quadro de civilizações campestres. O terceiro e último modelo de região é a funcional, sendo organizada pela hierarquia dos centros de polarização, pela rede de cidades. A região funcional se refere à organização espacial da sociedade industrial ao seu mais alto grau de crescimento (FRÉMONT, 1980).

Portanto, a região passa a ser sentida, percebida, contendo sua construção na vivência, ou seja, no sentimento de pertencimento e da percepção que pessoas têm do espaço em que vivem, e mesmo quando a dinâmica econômica modifica esses espaços, o sentimento de pertencimento ainda persiste. E, assim então, a região na corrente da fenomenologia é construída a partir do espaço vivido.

3.4 MARXISMO

O marxismo é uma corrente filosófica do século XIX que teve uma profunda influência nos estudos em ciências humanas e econômicas e também nos estudos regionais. A partir da filosofia alemã, o marxismo desenvolve o materialismo dialético. “Karl Marx e Friedrich Engels conceberam o método materialista dialético [...]. O fundamento econômico do marxismo está assentado na crítica à economia clássica, em particular em Adam Smith (1723-1790) e em David Ricardo (1772-1823) [...]” (LENCIONE, 2009, p. 159). Dessa forma, essa corrente filosófica

aborda e faz críticas às desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade e ao pensamento dominante clássico, sendo essas, resultado do modo de produção capitalista.

O materialismo histórico e dialético desenvolvido por Marx é o método de interpretação da realidade, da visão de mundo e da prática. Reinterpretando a dialética de Hegel, essa diz respeito à materialidade e à concreticidade. Para Marx, Hegel trata a dialética no campo das ideias, no plano do espírito, enquanto que no mundo concreto dos homens, exige que ela se materialize (PIRES, 1997). “É com esta preocupação que Marx deu o caráter material (os homens se organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida) e o caráter histórico (como eles vêm se organizando através de sua história)” (PIRES, 1997, p. 86).

Para Marx (2008, p. 47), “o homem faz sua história a partir de relações sociais que lhe são independentes, uma vez que esse “fazer história” depende de como está organizada a produção da vida, ou seja, como está organizado o modo de produção”.

O materialismo histórico é um marco teórico que visa explicar as mudanças e o desenvolvimento da história, utilizando-se de fatores práticos, tecnológicos (materiais) e o modo de produção. Na perspectiva do materialismo histórico, as mudanças tecnológicas e do modo de produção são os dois fatores principais de mudança social, política e jurídica.

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz o pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata (ENGELS, 1981, p. 54).

A partir do marxismo, a nova geografia e os paradigmas tradicionais são submetidas a rigorosas críticas, sob novas circunstâncias que passam a definir o modo de produção capitalista. Trate-se da geografia crítica, cujo seus pressupostos estão pautados no materialismo histórico e dialético de Marx. Essa geografia contesta o pensamento dominante que ainda vigora no mundo contemporâneo e tem a intenção de participar do processo de transformação da sociedade (CORRÊA, 2003).

Essa corrente, assim como a corrente fenomenológica, faz com que a Geografia passe a se preocupar em compreender a gênese e a construção dos fenômenos, ou seja, passa a se preocupar com o processo histórico para se entender o presente. Assim, “essa Geografia se preocupou em estudar o passado com o objetivo de entender o presente” (LENCIONE, 2009, p. 160).

Nos estudos regionais, a região passou a ser entendida como parte da totalidade. Assim, a regionalização passa a ser pensada como uma prática social não harmônica, pois as desigualdades socioeconômicas causadas pelo capitalismo eram evidentes e davam a noção da diferenciação do espaço, revelando a não harmonia na construção do espaço.

A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebeu a região como parte de uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade lógica nem como uma totalidade harmônica, foi concebida como uma totalidade histórica (LENCIONE, 2009, p. 164-165).

Segundo Rogério Haesbaert (2010), o conceito de região retomado pelos estudos marxistas, se dá de duas formas. A primeira enfatiza a dimensão econômica, concebendo a região como um produto da divisão territorial do trabalho. E a segunda enfatiza os movimentos sociais, sobretudo os regionalismos.

Importante ressaltar que, a região passa a ser construída a partir de uma análise socioespacial, elencando os problemas e as desigualdades sociais, as contradições de um mundo capitalista, estabelecendo relações entre dominantes e dominados. “[...] uma região de articulação de relações sociais que não dispõe de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam, todavia, as contradições secundárias entre classes e dominantes locais” (LIPIETZ, 1987, p. 39, apud HAESBAERT, 2010, p. 57). “Por isso é que nas discussões da Geografia, o tema do desenvolvimento desigual e combinado e do subdesenvolvimento foram temas privilegiados de investigação” (LENCIONE, 2009, p. 165).

Consoante a isso, Corrêa (2003) apresenta que a região pode ser compreendida como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, pelo processo de produção do capital, pelo seu paradoxo, caracterizada pela sua introdução na divisão nacional e internacional do trabalho, e também pela associação de relações de produção distintas. Esses aspectos vão

reproduzir as paisagens e também problemáticas, específicas de cada região, tendo como pano de fundo, embates estabelecidos pelas elites regionais e ao capital externo à região, além de conflitos entre as mais diversas classes que compõe a região, criando assim, de certa forma, uma “competição” entre elas (CORRÊA, 2003). “Os conflitos oriundos dos embates entre interesses internos, bem como entre interesses internos e externos, podem gerar uma desintegração da região, que se exprimirá na sua paisagem” (CORRÊA, 2003, p. 45).

Tendo isto em vista, pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2003, p. 45-46).

Portando, a região se materializa nos estudos marxistas, nas relações estabelecidas em um contexto social e desigual, na luta de classes, e no modo de produção capitalista, cujo mesmo, produz e reproduz os espaços de modo desigual, e essa desigualdade reflete nos grupos sociais que estão inseridos nesses espaços. “A influência do marxismo na Geografia significou um redimensionamento da prática política dos geógrafos. Em alguns casos, revelou-se no comprometimento de geógrafos com os movimentos sociais e partidários” (LENCIONE, 2009, p. 161). Sendo assim, para se compreender ou se construir regiões, deve-se partir de uma análise levando em considerações vários características desse espaço, sendo elas, sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de região é complexo, sendo que cada autor, pode defini-lo de maneira divergente ou específica. Mas, sinteticamente, a região é um determinado recorte espacial do espaço geográfico, com características homogêneas internas, e heterogêneas externamente, sendo produto da construção mental, portanto, uma produção humana. A regionalização, por sua vez, é a ação do pesquisador de construir regiões, sendo que ela serve para o planejamento dos órgãos

públicos e privados, para que assim possam definir políticas mais efetivas dentro desse determinado recorte espacial.

Em relação às influências das correntes filosóficas nos estudos regionais, percebe-se com esta pesquisa, que o conceito de região evoluiu epistemologicamente com base nessas perspectivas filosóficas. No neokantismo a região é concebida a partir das diferenciações de áreas. No positivismo lógico, passa da diferenciação para a classificação das áreas, no sentido de ordenamento. Já na fenomenologia, a região passa a ser construída a partir do espaço vivido. E por último no marxismo, a região é fruto das desigualdades sociais e percebida por meio do paradoxo da produção do capital.

Contudo, estabelecer essas relações e fazer toda essa análise teórica em relação ao conceito de região, é de suma importância para que se crie um aparato teórico-metodológico que possa ser consultado pelos estudantes, professores e profissionais de Geografia, das Ciências Sociais, além de toda a sociedade, para que assim, o conhecimento teórico não fique restrito a poucos, pelo contrário, o mesmo possa ser universalizado.

5 REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

CUNHA, L. A. G. **Sobre o Conceito de Região**. Revista de História Regional 39-56. Inverno, 2000.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 4ª ed. – São Paulo: Global Editora, 1981.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Tradução de Antonio Gonçalves. Revisão de Antonio Gama Mendes. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GEIGER, P. P. **Regionalização**. Revista Brasileira de Geografia, 1969. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf> acesso em 29 de maio de 2018.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MARX, K. **A revolução antes da revolução**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Data de recebimento: 13 de junho de 2018.

Data de aceite: 10 de agosto de 2018.